

INDEFINIÇÃO SOBRE TARIFAS DE ENERGIA

Ana Júlia Pinheiro
e Andréia Abreu

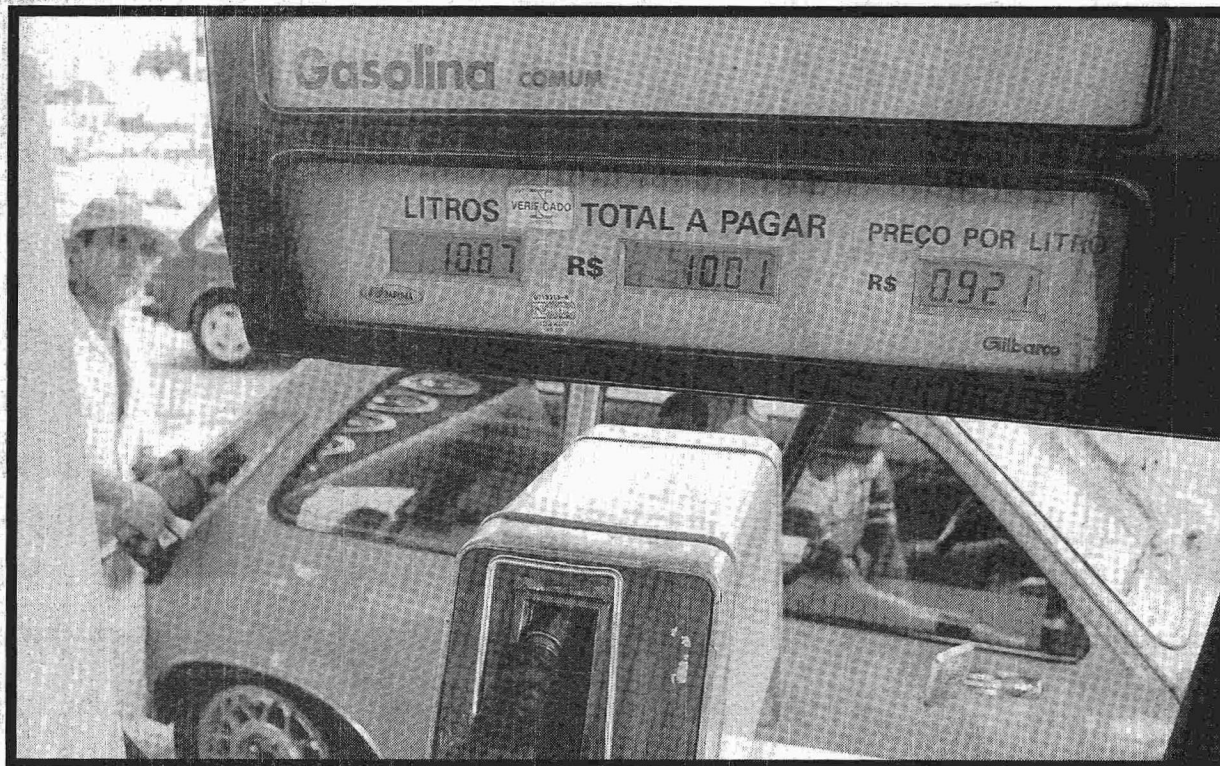
Da equipe do **Correio**
Com agências

O aumento de preço nas tarifas públicas mais influenciadas pela variação do dólar — energia elétrica e combustíveis — continua sem definição. Ainda não há consenso no governo federal sobre um possível reajuste no preço da gasolina e do diesel nas refinarias. A Agência Nacional do Petróleo (ANP), que define a política para o setor, ainda está fazendo estudos sobre o impacto da mudança cambial nos custos de importação do produto.

As concessionárias de energia elétrica evitarão reivindicar reajustes à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que regulamenta o setor, porque isso levantaria suspeitas sobre sua saúde financeira, segundo informou um consultor ao **Correio Braziliense**. Seria como anunciar que a empresa tem um alto nível de endividamento em contratos indexados pelo dólar, o que desvalorizaria suas ações no mercado financeiro.

Em Brasília, a crise certamente terá reflexo nas contas de luz. O Distrito Federal produz apenas 6% da energia que consome. O restante é comprado da Usina de Itaipu, que vende com preços indexados ao dólar, e de Furnas, que tem sua cotação em real. Mas a assessoria de imprensa da Companhia Energética de Brasília (CEB) informou que só daqui a alguns dias a empresa se ma-

Carlos Moura



Nos postos, o temor de aumento no preço da gasolina: especialistas acham, entretanto, que não há necessidade

nifestará sobre o assunto.

A Aneel estabelece que as concessionárias têm direito a um reajuste tarifário anual, para corrigir o que a inflação corroeu do faturamento da empresa nesse período. Fora dessa data, a companhia pode reivindicar uma revisão tarifária, se for capaz de demonstrar que não tem como suportar os custos operacionais. Até o momento, segundo a assessoria de imprensa da agência, não houve pedido nesse sentido.

Segundo o presidente do sindicato

dos donos de postos no Distrito Federal, Carlos Recch, não há motivos para se fazer reajustes de imediato, porque a Petrobras importa o petróleo por um preço bem baixo. Em 1997, o barril de petróleo era vendido no mercado internacional por US\$ 18 a US\$ 20. No final do ano passado, esse valor caiu para US\$ 10 e hoje custa cerca de US\$ 11. “Na verdade, tudo vai depender da flutuação do câmbio. Por enquanto, ela não afeta o preço dos combustíveis”, diz Rech.

Para o diretor-geral da ANP, Da-

vid Zylbersztajn, tecnicamente, os preços baixos do petróleo no mercado internacional podem levar a uma espécie de compensação que dispense aumento nas refinarias. Além disso, o custo do petróleo corresponde a apenas 20% do preço final da gasolina.

BARRIL

O analista Marcelo Quintanilha, especialista do setor de petróleo do FonteCindam, diz que, como o preço do barril baixou muito, o aumen-

to dos combustíveis pode ser descartado, mas se o quadro internacional mudar, será impossível manter inalterado o preço, sem ônus para o governo. “Se isto ocorrer, ou se elevam os preços nas refinarias ou o governo terá de subsidiar mais uma vez os combustíveis”, alerta.

No governo, já circulam comentários extra-oficiais de aumento de até 5% do preço de refinaria. A Petrobras importa cerca de 35% do petróleo necessário para abastecer o mercado interno e, como os preços internacionais estão despencando desde o início de 1997, a estatal vem trabalhando com sobras de caixa que, em dezembro, segundo dados do FonteCindam, chegaram a R\$ 500 milhões.

São importados, por dia, entre 700 mil e 800 mil barris de petróleo e derivados, ao preço hoje cotado a US\$ 10,79 o barril. A diferença causada pela diminuição de custo estava sendo usada pela Petrobras, desde o início de 1997, como uma forma de abateimento dos prejuízos sofridos pela estatal com o custeio da conta petróleo — resultado de uma política de subsídios adotada pelo governo e arcada financeiramente pela Petrobras.

No programa de ajuste fiscal, lançado pelo governo em outubro do ano passado, a União emitiu títulos para pagamento da dívida com a empresa e passou a absorver o superávit para engordar o caixa do Tesouro. A meta anunciada, de obter R\$ 4 bilhões com esta decisão, fica agora ameaçada, por causa do aumento das despesas da Petrobras com importação.